

# AUTO-RETRATOS DO PRESIDENTE LULA: NARRATIVAS PESSOAIS COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM DISCURSO POLÍTICO

*Marcia Vieira Frias* é tradutora inglês/português, bacharel em Comunicação Social pela UFRJ e mestre em Letras - Estudos da Linguagem pela PUC-Rio.

E-mail: [mvfrias@gate.net](mailto:mvfrias@gate.net).

## RESUMO

Neste trabalho, a partir de uma perspectiva sociolinguística interacional de análise do discurso, considerando que se faz política usando a língua e que o uso da língua tem sempre uma dimensão política (R. Lakoff, 1990), articulo análise da narrativa e discurso político. Examinou cinco narrativas pessoais encaixadas em um discurso pronunciado pelo presidente Lula em junho de 2006, procurando identificar as identidades que ele constrói através dessas narrativas e iluminar a dinâmica que se estabelece entre essas construções identitárias e a popularidade do presidente.

## ABSTRACT

In this paper, working within an interactional sociolinguistic perspective of discourse analysis, and considering that “politics is language” and “language is politics” (R. Lakoff, 1990), I bring together narrative analysis and political discourse. I focus my attention on five personal stories embedded in a speech delivered by President “Lula” in June 2006, aiming at identifying the identities the president builds through these narratives and at highlighting the dynamics between these identities and his popularity.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho articula análise da narrativa com discurso político. Usando o modelo de narrativa laboviano (Labov e Waletzky, 1967 apud Mishler, 2002, Labov, 1972), delimito várias narrativas pessoais encaixadas em um discurso pronunciado pelo Presidente Lula em 27 de junho de 2006. A partir daí, busco identificar as identidades – as representações públicas do *eu* – que o presidente Lula constrói no discurso por meio de narrativas de episódios de vida, ao mesmo tempo em que procuro entender como essas identidades narrativamente construídas poderiam estar contribuindo para sua popularidade.

Uma leitura de vários discursos pronunciados pelo presidente Lula entre abril de 2006 e março de 2007 revelou que muitos deles continham narrativas pessoais encaixadas, tanto longas quanto breves, seja de trajetória de vida, seja de episódios específicos. Os estudos narrativos – que nas últimas décadas vêm atraindo o interesse de mais e mais teóricos e pesquisadores das mais diversas áreas das ciências humanas e sociais – nos ensinam que contar histórias é um recurso que usamos regularmente para organizar e dar sentido às nossas experiências (Polkinghorne, 1988) e para compartilhá-las, nos construindo, nesse processo,

enquanto sujeitos sociais. Por isso, estudar narrativas é, em última análise, estudar a sociedade em que vivemos (cf Schiffrin, 1996, Bastos, 2005, De Finna, 2006). Esse caráter abrangente e revelador do molde narrativo justifica a opção de analisar, dentro do corpo do discurso, as narrativas pessoais encaixadas. Se nossas histórias nos contam, analisar as histórias que o presidente Lula contou em um discurso pode ser bastante produtivo para se entender a dinâmica entre discurso político, construção de identidade e popularidade.

A popularidade de figuras políticas costuma ser explicada como efeito de determinadas ações ou políticas ou como resultante desse dom de encantar, fascinar e seduzir que denominamos carisma. A popularidade do presidente Lula – que o levou em 2006 ao segundo mandato – costuma ser atribuída ao Programa Bolsa Família e a outras políticas econômicas e sociais e/ou a seu carisma pessoal. Foge inteiramente ao escopo do presente trabalho analisar ou mesmo comentar a popularidade do presidente enquanto resultado de ações ou políticas. No entanto, a questão sobre o que constitui esse seu carisma, questão que muitos considerariam circunscrita ao âmbito da Sociologia e da Ciência Política, admite também – e porque não? – o olhar do lingüista. Dentro de uma perspectiva socio-interacional, é possível é olhar para as escolhas lingüísticas e discursivas do Presidente Lula em um discurso específico e indagar como e em que medida essas escolhas afetam sua popularidade.

A popularidade desfrutada pelo Presidente Lula no final de 2006 se torna ainda mais intrigante como fenômeno a ser estudado diante de escândalos que, desde 2005, vinham atingindo e derrubando muitos de seus aliados e alguns de seus principais colaboradores, entre eles, José Dirceu (Chefe da Casa Civil) e Antonio Palocci (Ministro da Fazenda).

Esse fenômeno – da manutenção da popularidade apesar de acontecimentos de alto potencial destrutivo – não parece ser assim tão raro, nem tão espantoso: Ronald Regan, por exemplo, foi muitas vezes chamado pela imprensa norte-americana de “teflon president”, ou seja, aquele em quem críticas e acusações não grudavam, um presidente capaz de manter elevado nível de popularidade mesmo diante de escândalos, como o caso “Iran-Contra”. O mesmo epíteto, creio, pode ser aplicado ao Presidente Lula, que, após ver sua popularidade declinar brevemente com as primeiras denúncias, em 2005, do que se convencionou chamar de escândalo do mensalão, reconstruiu e recuperou sua imagem positiva, a ponto de ter sido reeleito no final de 2006, em segundo turno, com uma votação recorde de quase 60 milhões de votos, equivalente a mais de 60% do total de votos válidos.

No caso do ex-presidente Regan, a capacidade que ele demonstrava de continuar popular a despeito de escândalos tem sido atribuída, ao menos em parte, à sua competência comunicativa: o ex-presidente americano foi agraciado pela mídia com o título, a princípio um tanto irônico, de “the Great Communicator” (Lakoff, 1990, p. 262). Da mesma forma, é possível que a competência comunicativa/discursiva do Presidente Lula seja um dos fatores que explicam sua popularidade mais ou menos constante. Penso portanto que a “visão do lingüista” pode constituir uma perspectiva interessante e enriquecedora nesse movimento, a

meu ver indispensável a qualquer sociedade que se queira esclarecida, de olhar para si própria e buscar se compreender.

## METODOLOGIA DE PESQUISA

Discursos, entrevistas e declarações ocupam uma parte considerável do dia-a-dia de um presidente da república. Os jornais diários e as emissoras de rádio e TV cobrem o dia-a-dia presidencial e, em cada edição, destacam frases pronunciadas pelo presidente, seja em discursos formais, seja em entrevistas, seja em rápidas declarações aos jornalistas ao chegar ou sair de eventos oficiais. Essas frases são analisadas na mídia pelos comentaristas políticos e se constituem em notícia, com maior ou menor repercussão, conforme seu conteúdo e os acontecimentos do dia.

É claro que um presidente não escreve pessoalmente os seus discursos: redatores o fazem. Aplica-se a desconstrução que Goffman ([1979] 2002) faz da noção de *falante*, nela distinguindo três componentes analíticos: animador, autor e responsável. O Presidente Lula, enquanto orador – aquele que pronuncia as palavras e frases, em voz alta, diante do público – funciona como *animador* de um discurso escrito por um redator profissional, que funciona como *autor*. No entanto, esses discursos redigidos por terceiros para serem lidos pelo presidente seguem uma linha estabelecida pelo próprio presidente, são aprovados por ele e, uma vez proferidos, tornam-se discursos do presidente. Portanto, o Presidente Lula funciona também como o *responsável*, alguém que, nas palavras de Goffman “está comprometido com o que as palavras expressam”, “alguém cuja posição é estabelecida pelas palavras faladas”.

Conquanto seja certo que o presidente Lula chega a eventos oficiais com um discurso já previamente redigido, é também certo que o texto final – acessável no *site* da presidência da república [www.info.planalto.gov.br](http://www.info.planalto.gov.br) – é uma transcrição do discurso efetivamente pronunciado e inclui improvisos, que se revelam no registro de linguagem oral, nas construções típicas da fala espontânea. Assim sendo, o Presidente Lula, além de ocupar as posições de *animador* e *responsável*, compartilha com o redator do discurso a posição de *autor*.

Por fim, vale notar que o texto que vou analisar é o mesmo texto a que redações de jornais e revistas e emissoras de rádio e televisão tiveram acesso e do qual retiraram os trechos que divulgaram em seus noticiários, tornando-o, em virtude dessa divulgação, constitutivo e construtor da realidade social, cuja compreensão é o objetivo final de uma análise da narrativa.

O discurso que ora analiso foi proferido no dia 27 de junho de 2006, na abertura da I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, DF, e está disponível, na íntegra, no site [www.info.planalto.gov.br](http://www.info.planalto.gov.br), busca por data. No presente trabalho, reproduzo apenas trechos desse discurso, os quais correspondem às narrativas pessoais encaixadas no mesmo. O referido discurso foi pronunciado três dias após o presidente Lula ter aceitado a indicação de seu partido para concorrer à reeleição. O discurso tem nove páginas, em fonte

tamanho 12, espaço 1.5. São 2.862 palavras em 257 linhas. Identifiquei nesse discurso cinco narrativas pessoais perfeitamente delimitadas e quase canônicas, considerando-se o modelo narrativo laboviano. As cinco narrativas somam 1.007 palavras em 83 linhas, ou seja, cerca de um terço do discurso! Um exame dessas cinco narrativas, de como elas se articulam com o restante do discurso e a que propósito servem vai nos mostrar sua importância enquanto estratégia discursiva.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Narrativas pessoais: histórias que nos contam

Embora o modelo laboviano identifique cinco partes em uma narrativa – resumo, orientação, ação complicadora, avaliação e coda (Labov, 1972) – Labov reconhece a existência de narrativas mínimas, isto é, narrativas que não contêm todas as cinco partes. Segundo Labov, uma narrativa mínima pressupõe pelo menos dois eventos ordenados sequencialmente, ou, nas palavras de Labov (1972, p. 361), minha tradução, “uma narrativa mínima se define como aquela que contém uma única junção temporal”. Conquanto o ordenamento temporal de pelo menos duas ações seja indispensável para caracterizar uma narrativa, o próprio Labov, em seu artigo clássico de 1967, considerava que uma narrativa sem *avaliação* seria vazia, sem propósito, faltar-lhe-ia significado (Labov e Waletzky, 1967 apud Mishler, 2002, p. 99).

A narrativa laboviana, portanto, se caracteriza por duas funções: a referencial, da qual dão conta pelos menos duas ações ordenadas temporalmente, representadas por verbos no pretérito perfeito, e a avaliativa, que não tem um local específico dentro da estrutura narrativa, nem um formato determinado, mas percorre toda a narrativa, podendo tomar a forma de uma nova narrativa, algumas frases, um comentário de terceiros, uma palavra, uma entonação, até.

Neste trabalho, utilizo o modelo laboviano, e especialmente a noção de *narrativa mínima* – com sua ênfase nas ações ordenadas temporalmente e representadas por verbos no pretérito perfeito – de modo utilitário, apenas para identificar e delimitar narrativas dentro do total do discurso, sem contudo proceder a uma análise das mesmas de acordo com o referido modelo, visto que meu foco de interesse são as representações do *eu*, discursivamente construídas através das histórias narradas, e não a sintaxe dessas narrativas. Do modelo laboviano uso ainda a noção de *avaliação* para entender por que a história está sendo contada, que sentidos estão sendo criados e que identidades estão sendo construídas através da sequência orações narrativas.

### Jogo de identidades

Afirmo na introdução deste trabalho que um dos meus objetivos era identificar em um dado discurso do Presidente Lula as *identidades* construídas através de narrativas em primeira pessoa. Uso uma noção não essencialista de identidade que vê a identidade como

construída na interação, plural, instável, fragmentada (Hall, [1992] 2005). Segundo Hall ([1992] 2005, p. 13), “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” e essas identidades podem até ser contraditórias. Ora, se a identificação entre o sujeito do discurso e uma determinada identidade social não é essencial nem necessária nem fixa, então, ao serem narradas, as histórias de episódios de vida instauram no discurso o que Hall chama de “jogo de identidades”.

O objetivo desse jogo de identidades, especialmente no discurso político, parece ser o de ganhar e garantir identificações e lealdades. Trabalho com a concepção clássica de que o discurso político visa persuadir. Dentro dessa perspectiva, contar histórias - ou seja, incluir narrativas pessoais em discursos políticos formais - funcionaria como uma estratégia básica de envolvimento (Tannen, [1989] 1999). A narrativa é uma estratégia discursiva que o orador usa para construir sua identidade de maneira vívida, por assim dizer pictórica, visual, e, portanto, convincente, já que a narrativa projeta para os ouvintes uma situação concreta em que o falante se mostra como sujeito, com determinadas características e atributos, como que revelados por suas ações e comportamentos na história. Entre outros efeitos, a construção de identidades através do molde narrativo favorece a identificação dos ouvintes com este sujeito assim construído e reforça a idéia de verdade. A narrativa parece ser portanto uma poderosa estratégia para ganhar e garantir lealdades.

### **O caráter dialógico da produção discursiva**

Conforme afirma Bakhtin (2000), considero que toda produção discursiva é essencialmente dialógica. Decorre daí que um fator determinante na elaboração de discursos políticos é a expectativa que o redator/orador tem da atitude responsiva do público. O discurso é já elaborado respondendo a anseios, perguntas, contestações e críticas que o redator supõe e/ou sabe que o público fará ou fez. Nesse sentido, o papel do ouvinte (o público) é muito menos passivo do que se poderia supor e muito mais próximo do papel ativo de um interlocutor (ouvinte-falante) na troca conversacional. A expectativa da reação do público influi na escolha do gênero do discurso e na formação do enunciado pois, nas palavras de Bakhtin, (2000, p. 291),

“O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência de enunciados anteriores – emanantes dele mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados.”

Bakhtin diferencia entre as palavras e as orações – unidades da língua como sistema, das quais trata a Gramática – e os enunciados – unidades reais da comunicação verbal, sobre

os quais se debruça a Estilística – e considera que “mesmo a seleção que o locutor efetua de uma forma gramatical já é um ato estilístico” (Bakhtin, 2000, p. 286). Portanto, dentro desta perspectiva, estudar as escolhas lingüísticas de uma narrativa inserida em um determinado discurso político permite compreender as possíveis intenções e efeitos desse discurso, jogar alguma luz sobre as identidades que o locutor está construindo e sobre como essas identidades se articulam dialogicamente com público.

## ANÁLISE DOS DADOS

### **Afinal, com quem fala o orador?**

O público do discurso em questão é duplo: num primeiro nível, ministros, secretários executivos, prefeitos, deputados, representantes de órgãos diversos e todos os demais participantes da conferência, inclusive jornalistas; num segundo nível, através dos jornalistas presentes, a população, o eleitorado. Considerando o tipo de evento e o tema geral (cooperativismo), o público do primeiro nível (platéia presente), com a possível exceção de uma parte dos jornalistas, tende a ser uma audiência simpática ao orador. Estando fisicamente presente no momento em que o discurso é proferido, é a única que recebe o impacto completo dos recursos prosódicos e extralingüísticos.

O restante do público (platéia mediada) lerá nos jornais ou verá/ouvirá nos noticiários da TV trechos selecionados pelos jornalistas. Do discurso em questão, a mídia destacou principalmente a afirmação do presidente de que, quando assumiu o governo, “o Brasil era uma coisa meio desarranjada”. Os jornais tenderam a ressaltar o fato, citado pelo presidente em seu discurso, da devolução ao FMI de 15.6 bilhões de dólares e do pagamento da dívida com o Clube de Paris. Considerando que o evento em que discurso foi pronunciado era uma conferência sobre cooperativismo, o destaque dado à questão do FMI mostra bem que o público ao qual o discurso se dirigia não era apenas o dos participantes da conferência enquanto pessoas ligadas ao cooperativismo, mas o eleitorado brasileiro de modo geral, a quatro meses de uma eleição na qual Lula tentaria se reeleger. Em virtude da cobertura da mídia, um discurso do presidente pronunciado diante de uma platéia específica acaba tendo como público a população brasileira em geral; esta percepção foi com certeza fundamental para a elaboração do enunciado discursivo (cf. Bakhtin, 2000) e o será para a análise que dele estamos fazendo.

### **1ª narrativa: “Foi a primeira visão de acreditar no coletivo ...”**

#### **– O sindicalista solidário –**

Após uma abertura, onde se dirige a todos os presentes – autoridades, participantes da conferência e jornalistas – sendo que a dezoito deles se dirige individualmente pelo nome e cargo, o Presidente Lula inicia o discurso propriamente dito com uma narrativa.

A primeira vez que eu fui escolhido para ser presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do

ABC, em 1975, nós estávamos fazendo, Paul Singer, um curso de psicodrama, que era para a gente despertar em cada um dos dirigentes a sua visão de mundo, a sua visão de sindicato. E uma das cenas que me fez ser escolhido para presidente do Sindicato, porque tinha outros pretendentes, é que tinha uma pergunta que dizia o seguinte: agora vocês vão representar a visão de vocês sobre o sindicato. E o meu concorrente pediu para um companheiro agachar, subiu em cima desse companheiro e ficou com os braços abertos como se fosse um avião. E quando chegou a minha vez, eu reuni todo mundo que estava na sala, nós demos as mãos e fizemos uma roda de pessoas. E por conta disso eu fui escolhido pela diretoria para ser presidente do Sindicato de São Bernardo do Campo. Foi a primeira visão de acreditar no coletivo, de acreditar na união.

Essa primeira narrativa revive um episódio vitorioso da vida de Lula – sua eleição em 1975 para presidir pela primeira vez o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Com essa história, o Presidente Lula recupera para os presentes sua identidade de *sindicalista / operário* que é, por assim dizer, sua identidade histórica, aquela que valida sua trajetória de vida, e o constrói como o herói operário que enfrentou a ditadura e se sacrificou pelo bem dos companheiros. A vitória naquela primeira eleição para presidente do sindicato se deveu, segundo relata Lula, à sua “visão de acreditar no coletivo, de acreditar na união”, o que é importante para o tema da conferência (economia solidária), para a identidade de *sindicalista* e também para a identidade de *presidente*.

Nessa narrativa, a articulação da identidade de *sindicalista / operário* (construída na história) com a identidade de *presidente* (presente na capacidade na qual ele se dirige à platéia) é ao mesmo tempo vitoriosa e problemática. Vitoriosa, no sentido de que é admirável um operário, um líder sindical, ter chegado a presidente, coisa que o bordão lulista “nunca antes na história desse país” parece espelhar; e problemática, no sentido de que as identidades de operário e presidente tendem a ser contraditórias e excludentes nas representações sociais coletivas de muitos segmentos da sociedade brasileira. Por isso mesmo, talvez, para minimizar a contradição e a percepção de falta de preparo intelectual, a narrativa enfatiza o “curso de psicodrama”, a concorrência com o outro postulante ao cargo e a vitória por mérito, por “acreditar no coletivo”, “acreditar na união”. Desse modo, ao harmonizar narrativamente identidades em princípio conflitantes, de *sindicalista / operário* e de *presidente*, o orador/narrador Lula joga o “jogo das identidades” (cf. Hall, [1992] 2005).

## **2ª. narrativa: “Então, nós inventamos de fazer história em quadrinhos ...”**

### **– O sindicalista perspicaz –**

A segunda narrativa se segue diretamente à primeira, sem nenhum trecho de discurso não narrativo entre elas.

Depois que eu assumi o Sindicato, o Marinho, muito jovem, peão novo na categoria, ele sabe que nós cunhamos um personagem chamado “João Ferrador”. O João Ferrador era um bonequinho bravo que tinha um chapeuzinho e na camiseta estava escrito assim: “hoje

eu não estou bom”. Se fosse hoje, estaria escrito na camiseta: “hoje eu estou bem”. Mas naquele tempo, o clima político exigia que nós colocássemos “hoje eu não estou bem”.

Eu descobri que os trabalhadores tinham dificuldade de ler os boletins que a gente fazia, porque a gente fazia um boletim e, primeiro, tinha uma dissertação ideológica, sempre xingando alguém e, no final, a gente colocava o que a gente queria. Mas entre a gente distribuir o boletim e a portaria da fábrica eu descobri, um belo dia, que não dava tempo para o trabalhador ler o que a gente queria. Ele lia todos os xingamentos, mas na hora dos entretanto, ele jogava fora o boletim.

Então, nós inventamos de fazer história em quadrinhos com o “João Ferrador”, o maior símbolo que a gente utilizava dizendo que uma vara só era muito fácil de quebrar, mas que um feixe de varas era praticamente impossível de se quebrar.

É interessante notar que tanto nesta narrativa, como na anterior, o presidente se dirige diretamente a dois participantes da conferência – o economista Paul Singer e o ministro do trabalho Luis Marinho – que participaram também dos eventos narrados, Singer na primeira história e Marinho na segunda. A estratégia serve a uma tripla função: cria envolvimento com a platéia, transformando o discurso numa conversa espontânea entre amigos; aumenta a credibilidade do presidente e da história, pois afinal há terceiros presentes que podem garantir independentemente a autenticidade dos fatos narrados; e, ao mostrar que pessoas que ocupam hoje cargos importantes na república já eram companheiros nos tempos do sindicalismo, constrói para o presidente a identidade de *companheiro leal*, de homem que não esquece os amigos e a quem os amigos permanecem fiéis.

Considerando a idéia bakhtiniana de que “cada enunciado é um elo na cadeia muito complexa de outros enunciados” (Bakhtin, 2000, p. 291), a identidade de *companheiro leal* responde e contesta uma possível percepção contrária de que o presidente Lula estaria “sacrificando” companheiros de longa data, como Dirceu, Palocci e outros. (Palocci deixou o Ministério da Fazenda em 27 de março de 2006, num desdobramento da crise do mensalão, no auge da CPI dos Bingos; antes dele, em 2005, por causa de denúncias de corrupção, haviam caído, entre outros, José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares.)

Adicionalmente, a segunda narrativa reforça a identidade de *sindicalista / operário/ herói operário*, fazendo inclusive uma referência explícita ao “clima político” da época da ditadura, e acrescentando a essa identidade, com o “eu descobri”, atributos importantes para um presidente – perspicácia e inteligência, ainda mais importantes quando colocados em contraponto ao “eu fui traído” e “eu não sabia de nada”, que resumem a atitude pública do presidente Lula diante das várias denúncias de corrupção durante a crise do “mensalão”. Dessa forma, considerando de novo a idéia bakhtiniana de que todo enunciado pressupõe “a existência de enunciados anteriores”, emanados do próprio locutor ou de outros, com os quais de alguma forma dialoga (Bakhtin, 2000, p. 291), orações narrativas tais como “...eu descobri que os trabalhadores tinham dificuldade de ler os boletins...” e “...eu descobri, um belo dia, que não dava tempo para o trabalhador ler ...” ajudam a construir a identidade de uma pessoa perspicaz e inteligente e, assim, respondem e contestam possíveis percepções da

época do “mensalão de que ao presidente faltaria capacidade para ver o que se passava ao seu redor.

Note-se ainda que, no mundo da história, a causa do problema foi detectada individualmente pelo presidente – “...eu descobri, um belo dia, que não dava tempo para o trabalhador ler o que a gente queria” – mas a solução é conjunta, em harmonia com a ênfase nas vantagens do cooperativismo – “Então, nós inventamos de fazer história em quadrinhos com o ‘João Ferrador’”.

### **Avaliação da 1ª e 2ª. narrativas: “... é uma espécie de momento mágico ...”**

A moral da história – a avaliação conjunta para as duas narrativas - é introduzida didaticamente pela pergunta “ Por que eu contei essas duas histórias para vocês?”

Por que eu contei essas duas histórias para vocês? Porque esse momento que nós estamos vivendo aqui, para quem acredita em cooperativas, para quem acredita em economia solidária, é uma espécie de momento mágico. É uma coisa muito forte por quê? Não pelo que nós já fizemos, mas pelo simbolismo desta Conferência, que nos diz o que nós poderemos fazer daqui para frente. E quando eu digo nós fazermos, não é o Lula fazer, porque eu acredito numa outra coisa mais sagrada até do que a figura da pessoa, é um padrão de relacionamento que o Estado brasileiro precisa criar com a sociedade para permitir que a sociedade não dependa da decisão de um homem, mas dependa das decisões emanadas dos próprios fóruns coletivos de que participa.

O que eu quero dizer para vocês, no fundo, no fundo, é que nós temos que criar uma organização tão forte e tão sólida que, independentemente de quem venha a ser presidente da República, essa pessoa saiba que não pode desmontar o que está enraizado, que não pode desrespeitar a vontade de um coletivo da sociedade brasileira, e esse é o maior legado que um presidente da República pode deixar para o seu povo, é a organização sólida, é o convencimento da sociedade de que valeu a pena acreditar naquilo.

A moral da história que se segue às duas narrativa é longa (18 linhas no texto original), trata diretamente do tema da conferência – cooperativismo / economia solidária – e é um raro exemplo, neste discurso, de trecho construído principalmente com expressões avaliativas, as quais se referem de modo respeitoso e positivo ao cooperativismo: “momento mágico”, “coisa muito forte”, “coisa mais sagrada”, “forte”, “sólida” ...

O jogo dos pronomes “eu”, “nós includente” (claro) e “nós excludente” (ambíguo) é operacional para o desenvolvimento do tema “cooperativismo”. Na avaliação conjunta das duas primeiras narrativas, o orador constrói sua identidade de *presidente da república* como líder que, por ser especial e diferente de todos que o precederam – seu passado de sindicalista o autoriza a acreditar no cooperativismo –, deixará a “seu povo” um “legado” que o ultrapassa. Como mencionei anteriormente, a articulação entre a identidade de *operário / sindicalista* e a de *presidente* não é fácil, mas foi resolvida aqui, penso eu, muito habilmente, valorizando a experiência do sindicalista e apresentando essa experiência como

importante para o bom desempenho de um presidente que respeita “a vontade de um coletivo da sociedade brasileira”.

### **3ª. narrativa: “Então, o Sindicato propôs criar uma cooperativa.”**

#### **– O sindicalista flexível –**

A história abaixo é contada para ilustrar o argumento que o presidente desenvolve no parágrafo imediatamente anterior, de que não é fácil concretizar certos projetos porque eles requerem mudanças no *status quo*, mudanças de crenças e de comportamentos habituais, e as mudanças são processos difíceis e demorados.

Eu me lembro que lá em São Bernardo nós tínhamos uma empresa chamada Conforja, não sei se tem alguém aqui da Conforja, Maria, mas eu me lembro que a Conforja era uma grande metalúrgica com mais de 3 mil trabalhadores. Quando ela faliu, a maioria das pessoas não recebeu nada. Então, o Sindicato propôs criar uma cooperativa. A maioria dos trabalhadores não acreditou, alguns foram até para a porta da fábrica fazer assembleia contra o Sindicato, dizendo que o sindicato estava traindo os trabalhadores, não é, Remigio, que era preciso brigar, não sei das quantas.

O que aconteceu de lá para cá? Os que entraram na Justiça até hoje não receberam a sua indenização. Os que optaram pela cooperativa estão ganhando muito mais do que ganhavam enquanto trabalhadores, e a empresa está crescendo. E aí tem outros exemplos, tem outros exemplos em vários lugares do Brasil.

O ponto dessa terceira narrativa parece ser então mostrar à platéia, de maneira vívida, concreta, experiencial que “é mais fácil falar do que fazer”, ou que “na prática a teoria é outra”, ou ainda, nas palavras do próprio Lula no parágrafo que antecede à narrativa, que “eu achava que era mais fácil, mas a teoria e a prática têm uma distância do tamanho do Oceano Atlântico.”

A identidade que o presidente Lula constrói na narrativa acima é a do *sindicalista inteligente, flexível, pragmático* (por oposição a radical), capaz de se adaptar a novas circunstâncias e de avaliar correta e friamente uma situação para agir com pragmatismo, de forma a obter a maior vantagem possível para seus companheiros. Afinal, na história, Lula, como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, opta pela criação de uma cooperativa de trabalhadores para tocar uma empresa falida em vez de brigar pelas indenizações devidas. E, como ele próprio indica na avaliação da narrativa, embora a decisão tenha sido mal-vista na época por uma parte dos operários, provou ter sido uma decisão inteligente que beneficiou os trabalhadores que a subscreveram visto que “os que entraram na Justiça até hoje não receberam a sua indenização”, enquanto os outros que aceitaram a solução criativa da cooperativa “estão ganhando muito mais do que ganhavam enquanto trabalhadores”.

A partir desta narrativa, o orador começa a preparar a metáfora do Brasil “como uma coisa assim um pouco desarranjada”, que veio a receber ampla divulgação na mídia: de forma bastante sutil, o discurso passa a se dirigir muito mais aos eleitores em geral do que aos participantes da conferência, ou seja, aos participantes da conferência enquanto eleitores e à população de um modo geral. Muito bakhtinianamente, o discurso passa a responder a críticas, explicar posições, contestar enunciados que não estão explicitados neste discurso, mas que mesmo assim o perpassam e lhe dão forma (cf. Bakhtin, 2000). E como isso é feito?

Num primeiro nível, mais superficial, mais literal, temos a figura do *sindicalista inteligente, flexível e pragmático*, em suma, um sindicalista de resultados, que (muito providencialmente, já que estamos numa conferência sobre de economia solidária) valoriza o cooperativismo. Essa harmonia entre as idéias do Presidente e os valores do cooperativismo já seria motivo suficiente para narrar a história acima no contexto da conferência. Mas, pergunto, há outros motivos pelos quais é importante projetar essa imagem de *sindicalista inteligente, flexível e pragmático*? Há outras razões para narrar a história acima? A resposta é sim: para se contrapor às críticas de alguns setores de que o presidente teria traído seus ideais e seus antigos companheiros, e, uma vez no governo, teria se aliado ao capital e estaria se comportando como um *tucano* liberal. Para responder a essas críticas, num segundo nível, mais profundo, a narrativa constrói a figura do *presidente flexível e pragmático* ao nos mostrar que os críticos podem estar errados (como estavam os operários da Conforja que não quiseram optar pela cooperativa), que flexibilidade e pragmatismo obtêm resultados, e que é preciso evoluir, mudar, ser pragmático e flexível quando se quer cobrir a “distância do tamanho do Oceano Atlântico” que separa a teoria da prática.

#### **4ª. narrativa: “... um avião todo escrito em inglês...”**

##### **– O pai decidido –**

A quarta narrativa quebra a seqüência de narrativas em que o presidente Lula vinha se construindo como um sindicalista com determinadas qualidades específicas: alinhado com os valores do cooperativismo, solidário, inteligente, perspicaz, flexível, pragmático.

... porque eu lembro, Eduardo, que uma vez eu ganhei um avião de presente para o meu filho e um avião todo escrito em inglês, aquelas cartilhas para montar. Eu cheguei em casa, peguei aquele avião e falei: o que diabos eu vou fazer com isso aqui? Eu não sei ler inglês, eu não conheço nada de avião, como é que eu vou montar? A primeira impressão que tive foi de jogar fora, deixar lá. Aí eu lembrei que era possível procurar alguém que soubesse montar para mim. Arrumei uma pessoa que montou o avião e ficou bem.

Agora ele se constrói como um pai simples, que não fala inglês e ganha para seu filho um avião de montar com as instruções em inglês. (Uma parcela considerável da população pode se identificar com essa identidade de *pai*!) Mas esse Lula, que se constrói como pai e pessoa simples, do povo, ‘gente como a gente’, não é estúpido: procura alguém que saiba inglês para montar o avião e ... resolve o problema.

Note-se que essa identidade de *pai*, tal como construída na narrativa acima, é tanto mais efetiva na medida em que é cambiante, pois funciona também como metáfora para a identidade de *presidente* (cf Hall, [1992] 2005), que não sabe tudo, não pode nem precisa saber tudo, mas, para governar, necessita apenas se acercar de especialistas, no caso, economistas.

#### **5a. Narrativa: “O Brasil ... era assim. ... uma coisa um pouco desarranjada...”**

##### **– O presidente vitorioso –**

É interessante notar que a 5ª. narrativa, abaixo, funciona como avaliação da 4ª. narrativa. Nessa 5ª. narrativa (que eu chamaria de “avaliativa” pela forma como ela se

articula com a 4ª. narrativa) chega-se finalmente à metáfora do Brasil “como uma coisa um pouco desarranjada”, que mencionei anteriormente ao falar dos pontos do discurso que receberam atenção especial da mídia.

O Brasil, quando nós o pegamos, era assim. Ele era uma coisa um pouco desarranjada, as pessoas achavam que não ia dar certo. Economistas sérios, como o Paul Singer, a Maria da Conceição Tavares, achavam que a gente ia ter muita dificuldade. Alguns achavam até que o Brasil estava quebrado. De vez em quando eu dizia para eles: “diabos”, vocês são meus amigos e dizem que o Brasil está quebrado e querem que eu seja presidente da República. Por que eu vou ser presidente da República?

O que aconteceu? É que nós conseguimos arrumar a Casa de tal ordem que alguns críticos do passado não sabem explicar como é que a gente resolveu o problema da economia brasileira ao ponto de chegarmos no ano passado e decidir devolver ao FMI 15 bilhões e 600 milhões de dólares que nós pagávamos de juros e que não precisávamos dele. Saldar o Clube de Paris e até pagar as dívidas das moratórias, ainda do tempo do presidente Sarney. E, além disso, fazer a poupança interna saltar de 17 para 25%, fazer o crédito pular para 32%, ...

A identidade construída anteriormente, de pai decidido que sabe onde ir buscar ajuda e não se intimida com as dificuldades, vem bem a calhar e sofre uma metamorfose: agora é um presidente calejado, que se cerca dos melhores economistas, que reconhece a enormidade das dificuldades à sua frente, mas não se intimida e sai absolutamente vitorioso. Como *pai* funciona como metáfora de *presidente – pai* e *presidente* os dois lados da mesma moeda – é possível passar da *identidade de presidente vitorioso* para a *identidade de pai decidido*, e vice-versa, sem sobressaltos (cf. Hall, [1992] 2005).

É fascinante ver como um fato potencialmente danoso ou pelo menos embaraçoso para a imagem histórica de Lula, de sindicalista de esquerda, de militante do PT (pagar a dívida com o FMI) se transforma, com a ajuda de algumas narrativas e o uso de várias estratégias discursivas, na grande vitória do presidente, no heróico feito do pai. Não cabe aqui, absolutamente, discutir as vantagens ou desvantagens e a conveniência ou não de se pagar os 15.6 bilhões de dólares ao FMI do ponto de vista financeiro, econômico ou político. O fato é que – não importa se correta ou incorretamente – o sindicalista, militante petista, deputado e eterno candidato Luís Inácio “Lula” da Silva, se posicionou, durante anos, contra o pagamento ao FMI. As palavras de ordem eram: *não vamos pagar a dívida com a fome do povo, a dívida é impagável ...* Seria de se esperar que uma mudança de posição tão radical provocasse embaraço, explicações. Ao contrário, o pagamento da dívida é comemorado como motivo de orgulho nacional e, nas palavras finais do presente discurso, apresentado como afirmação da soberania nacional:

“E eu acho que vocês podem sair daqui com o exemplo de que o Brasil não depende mais do FMI, o Brasil não depende mais do sorriso do presidente americano, o Brasil não depende mais do sorriso de ninguém. O Brasil depende só de nós, ...”

Essa 5ª. narrativa faz uso do *diálogo construído*. Segundo Tannen ([1989] 1999), o *diálogo construído* não se confunde com discurso direto e indireto, que são categorias puramente gramaticais. Tannen argumenta que quando palavras ditas por um falante em um determinado contexto são repetidas em outro contexto, mesmo que as palavras sejam reportadas com fidelidade, há uma mudança de enquadre que é fundamental e não pode ser ignorada na análise do discurso.

Quando, no primeiro parágrafo da narrativa acima, Lula diz:

De vez em quando eu dizia para eles: “diabos”, vocês são meus amigos e dizem que o Brasil está quebrado e querem que eu seja presidente da República. Por que eu vou ser presidente da República?

que função cumpre a estratégia do *diálogo construído*? Parece ser a de vocalizar a reação que qualquer eleitor tem/teria diante das dificuldades de se governar um país *desarranjado* como o Brasil, ou seja, imaginar por que motivo alguém iria querer um trabalho tão difícil. As palavras são colocadas na boca do próprio presidente, o que favorece a identificação dos eleitores com ele e contribui para reforçar a idéia de que o presidente é “gente como a gente” e que, com este presidente, *nós* estamos todos no governo.

É interessante notar que a pergunta não é respondida com uma razão, um motivo para querer ser presidente, mas com o resultado absolutamente arrebatador da empreitada:

O que aconteceu? É que nós conseguimos arrumar a Casa de tal ordem que alguns críticos do passado não sabem explicar como é que a gente resolveu o problema da economia brasileira ao ponto de chegarmos no ano passado e decidir devolver ao FMI 15 bilhões e 600 milhões de dólares que nós pagávamos de juros e que não precisávamos dele. Saldar o Clube de Paris e até pagar as dívidas das moratórias, ainda do tempo do presidente Sarney. E, além disso, fazer a poupança interna saltar de 17 para 25%, fazer o crédito pular para 32%, ...

apresentado, de resto, como consequência da ação de um ambíguo “*nós*” e um ambigüíssimo “*a gente*”.

A escolha estilística entre usar “*nós*”/ “*a gente*” / “*eu*” aponta para uma estratégia discursiva de envolvimento. A lingüista norte-americana Robin T. Lakoff em seu livro “Talking power – The politics of language” caracteriza os pronomes pessoais como “esses servidores simples e humildes da língua [que] podem ser colocados a serviço de nobres funções simbólicas.”(1990, p. 183)

As funções e conotações de “*nós*” estão longe de ser tão pacíficas e unívocas quanto o senso comum parece acreditar. A definição básica (cf. a gramática de Celso Cunha e Lindley Cintra, 1985) é “primeira pessoa do plural”, ou seja, “quem fala” no plural. Já aí, o uso revela uma certa ambigüidade, pois o “*nós*” pode incluir o ouvinte (*nós* inclusivo) ou excluir o ouvinte (*nós* excludente). No primeiro caso, “*nós*” significa “eu e você ou vocês”; no segundo, “eu e alguns outros, mas não você ou vocês”. Além disso, a gramática registra o plural de modéstia e o plural de majestade, ou seja, dois usos contraditórios do mesmo humilde pronome “*nós*”, a contribuir para a ambigüidade. Acrescente-se a isso o “*a gente*”, reservado normalmente a usos mais informais, e que também pode ser inclusivo ou excludente.

O que exatamente significa dizer que “nós conseguimos arrumar a casa” e que “a gente resolveu o problema da economia brasileira”? Trata-se do “nós/ a gente” inclusivo ou exclusivo? Plural de modéstia? Plural de majestade? A ambigüidade permite supor um nós inclusivo que funciona no sentido de obter identificação do orador com os ouvintes. O “nós” inclusivo nesse trecho, veiculando a idéia de que povo e governo são “um”, não é uma colocação assim tão improvável face a outros discursos do presidente na mesma campanha eleitoral. Em comício em Belo Horizonte em 26 de setembro de 2006, Lula usou a metáfora que batizei de “metáfora da transubstanciação”, por evocar o mistério católico da eucaristia, e que autoriza essa simbiose. Disse Lula:

“Eles perguntam porque o Lula não cai. O Lula não cai porque não está sozinho, é uma parte deste país que adquiriu consciência política. Na hora em que tirarem minhas pernas, vou andar com as pernas de vocês. Quando tirarem meus braços, vou gesticular pelos braços de vocês. Na hora em que tirarem meu coração, vou amar com o coração de vocês. E na hora em que eles tirarem minha cabeça, vou pensar pela cabeça de vocês.” (O Globo, 27/09/2006)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A rodada de agosto da pesquisa Pulso Brasil, do Instituto IPSOS, revela que 75% dos brasileiros admiram Lula ‘como pessoa’. E mais: 75% dizem que o presidente ‘é gente como a gente’.” Ancelmo Góes – O Globo, 13/09/2006*

No corpo deste trabalho procurei mostrar como, através de narrativas de episódios de sua vida – por meio das quais o narrador/orador se projeta como sujeito de forma vívida e convincente criando envolvimento – e através do uso de recursos discursivos eficazes e variados – como diálogo construído, menção direta a pessoas conhecidas na platéia, alternância eficiente entre *eu*, *nós*, *a gente* – o Presidente Lula constrói uma série de *identidades*, de representações públicas do *eu*.

Essas identidades narrativamente construídas vão se sobrepondo, num crescendo: primeiro a identidade do sindicalista solidário, afinado com os valores do cooperativismo; em seguida, o sindicalista inteligente, perspicaz; depois o sindicalista de resultados, flexível, pragmático; ao mesmo tempo, o companheiro leal, que não esquece os amigos nem seu passado de operário, mesmo depois de ter chegado a presidente da república; em seguida, o pai que não fala inglês e é “gente como a gente”, mas é também decidido, esperto e sabe onde procurar ajuda; finalmente, o presidente absolutamente vitorioso que, se cercado de economistas competentes que também são companheiros de longa data, “resolveu o problema da economia brasileira”. Essas sucessivas construções identitárias se sobrepõem, sem que a nova identidade apague a anterior, ilustrando o que Hall ([1992] 2005) chama de “jogo de identidades”. Elas se sobrepõem como camadas num processo de laminação, formando uma identidade altamente positiva que, a se julgar pelos índices de popularidade medidos

regularmente pelos institutos de pesquisa e pelo resultado da eleição presidencial de 2006, realmente consegue ganhar identificações e lealdades.

É claro que nesta tarefa de seduzir e conquistar corações, muitos outros recursos lingüísticos e paralingüísticos são utilizados, além dos ressaltados nesta análise. É preciso lembrar ainda que há todo um trabalho da propaganda oficial para orientar a percepção simbólica das ações governamentais e de seus resultados. Mas o uso efetivo da linguagem parece ser um dos fatores a se considerar quando se quer entender o carisma de Lula e sua capacidade de continuar popular apesar de acontecimentos negativos. As identidades que o Presidente Lula construiu em seu discurso de 27 de junho de 2006, usando recursos variados, entre eles e principalmente o formato narrativo, parecem se organizar numa dinâmica eficaz que sem dúvida ratifica e provavelmente ganha identificações e lealdades frente a uma parcela considerável da população brasileira, contribuindo para níveis popularidade elevados e mais ou menos constantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. “Os gêneros do discurso”. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (pp 279 – 325)
- BASTOS, L.C. “Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa”. In: **Calidoscópio**. Revista de Lingüística Aplicada. Vol 3, no.2, pp 74-87, maio/agosto, 2005. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale dos Sinos.
- CUNHA, C e CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DE FINNA, A. “Group Identity, narrative and self-representations”. In: DE FINNA, A., SCHIFFRIN, D. & BAMBERG, M. In: **Discourse and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. (pp 351 – 375)
- FRIAS, Marcia V. Contando histórias: a construção de identidades em discurso político. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos da Linguagem, Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, março de 2008, Orientadora: Prof. Dra. Liliana C. Bastos)
- GOFFMAN, E. “Footing”. In: RIBEIRO, B.T. e GARCEZ, P. M. (orgs) **Sociolingüística Interacional**. São Paulo, SP: Edições Loyola, [1979] 2002. (pp 107-148)
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª. edição. Rio de Janeiro: DP&A, [1992] 2005.
- LABOV, W. “The transformation of experience in narrative syntax”. In: **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. (pp 354 – 396)
- LAKOFF, Robin Tolmach. **Talking power: The politics of language**. U.S.A.: Basic Books-Harper Collins, 1990.
- MISHLER, Elliot G. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. Tradução de Cláudia Buchweitz. In: Moita Lopes, L.P.; Bastos, L.C. (Orgs) **Identidades: Recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002. (Cap. 5, pp 97 – 119)
- POLKINGHORNE, D.E. **Narrative knowing and the human sciences**. Albany: State University of New York Press, 1988.
- SCHIFFRIN, D. “Narrative as self-portrait. Sociolinguistic constructions of identity”. In: **Language in Society**. Vol.25. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. (pp 167 -203)
- TANNEN, D. **Talking Voices. Repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse**. Cambridge: Cambridge University Press,[1989] 1999.

